

CRISE AMBIENTAL, POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE ARATACA (2000-2020).

Vanessa Lino da Silva[1]
Lina María Hurtado Gómez[2]

Palavras-chave: Questão Agrária; Sul da Bahia, Crise Ambiental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se inscreve no projeto "Crise ambiental, políticas e transformações territoriais no Sul da Bahia (2000-2020)" da Universidade Estadual de Santa Cruz, que avança na construção de uma metodologia que possibilite analisar a relação entre políticas territoriais e a crise ambiental no Sul da Bahia no período compreendido entre 2000 e 2020. Foi realizado como projeto de Iniciação Científica e compreendeu dois componentes. O primeiro de identificação e análise das políticas territoriais no recorte temporal e espacial selecionado. E o segundo envolveu a espacialização dessas políticas, e a realização de mapas de uso e cobertura da terra, que evidenciam a relação que estas têm com a transformação do espaço geográfico.

A metodologia definida compreendeu levantamento bibliográfico e cartográfico, de dados secundários sobre conflitos no campo publicados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, visitas técnicas em campo e a elaboração de mapas de uso e cobertura da terra. O conjunto de dados foi obtido através de diferentes plataformas digitais oficiais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), MapBiomas - Brasil e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Foram utilizados os softwares de geoprocessamento e estatística, respectivamente, QGIS versão 3.16 (Hannover) e o programa R (RStudio).

Este município foi selecionado pela existência de assentamentos de reforma agrária, com um histórico de luta pela terra que se desdobra em políticas de organização social e - de uso e ocupação do território diferenciadas que contribuem com processos de reflorestamento. Também foi considerada, a proximidade com a Universidade Estadual de Santa Cruz e a produção de informação acadêmica relevante como teses, dissertações,

trabalhos de conclusão de concurso e artigos, que facilitaram a sistematização de informação.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM A DISCUSSÃO

Neste trabalho compreende-se que, políticas territoriais não só provêm da ação do Estado. Elas também emergem como resistências dos povos do campo, das águas e das florestas, frente ao contraditório avanço das políticas de desenvolvimento no campo que intensificam processos de degradação e perda de biodiversidade no território. Essas resistências, pressionam o Estado, para alcançar outras escalas de planejamento e atuação, e assim conseguem delinear e/ou executar políticas de caráter territorial, a exemplo, da demarcação de terras indígenas e quilombos, a outorga de concessão real de uso a assentados de reforma agrária, a criação de escolas do/no campo, etc.

Compreende-se também a crise ambiental não como uma crise de "falta ou esgotamento de recursos", se não como uma crise de convivência, de habitabilidade comum (MACHADO, 2024); um desafio ambiental, que é um desafio não só técnico, como político e civilizatório (PORTO-GONÇALVES, 2004). Portanto, entende-se que a crise ambiental é também uma crise de uma forma de viver na Terra, de usar e distribuir a terra. Por tanto, algumas das soluções a crise estrutural do capital, emergem de formas outras de usar e distribuir e usar a terra, de organização, de habitar, curar, plantar, de ser e estar no espaço, como as praticadas pelos povos originários, quilombolas, camponeses, assentandos, povos do campo, das águas e das florestas, que resistem e re-existem (HURTADO & PORTO-GONÇALVES, 2022) às formas hegemônicas de viver sobre a Terra.

POLÍTICAS TERRITORIAIS NO MUNICÍPIO DE ARATACA

No município de Arataca confluem diferentes territorialidades, como Estado e os movimentos de luta pela terra, e desse (des) encontro, emergem, ao menos, três políticas territoriais: agrárias, ambientais e de educação que têm uma expressão territorial.

O Sul da Bahia, onde está localizado o município, é um espaço estruturado a partir da hegemonia da cacauicultura, e ao mesmo tempo um espaço político de luta pela reforma agrária (FREITAS, 2018). Nessa conjuntura, trabalhadores rurais realizaram a primeira ocupação de uma fazenda de cacau no Litoral Sul da Bahia: a Fazenda Bela Vista, em 1990, localizada no município de Arataca que daria lugar a criação do Assentamento Terra Vista (ATV) (FREITAS, 2018). Posteriormente outros assentamentos seriam conformados como Novo Progresso, Rio Aliança, Grupo Santo Antônio.

Como parte da luta pelo território, o ATV desenhou e implementou uma política educacional no/do campo, criando escolas de educação no/do campo para o ensino infantil e ensino fundamental, como o Centro Integrado Florestan Fernandes, criado em 1998 e no ensino médio técnico o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos, criado em 2009, ambos localizados no ATV, e vinculados a uma proposta de produção agroecológica. Assim a Agroecologia é colocada como uma questão central no processo de formação do território e das territorialidades.

Nessa perspectiva, combinou a luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Com o processo de transição agroecológica a partir dos anos 2000, se proporcionou ao ATV relevantes desenvolvimentos produtivos que se contrapõem à monocultura de cacau, ampliando o acesso dos assentados a condições como renda salarial e níveis educacionais adequados.

No município de Arataca a política ambiental do Estado se materializa na criação do Parque Nacional da Serra das Lontras (PARNA SL) em 2010, com uma área de 11.336 hectares). Uma Unidade de Proteção Integral, que tem por objetivo "[...] preservar sua elevada riqueza biológica, possibilitar o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico, bem como o desenvolvimento de pesquisa científica" (BRASIL, 2010).

Os mapas de uso e cobertura, elaborados em duas escalas, municipal, e na do Assentamento Terra Vista (ATV) e o Parque Nacional Natural Serra das Lontras (PARNA), identificaram as transformações da vegetação, atividades produtivas, expansão de infraestrutura urbana ou rural. Os mapas foram elaborados em diferentes escalas, o de Arataca possui escala média de 1:270.000, para o ATV a escala usada foi 1:50.000, e para o PARNA 1:130.000, com definições manuais das cores, baseadas na disposição da legenda (coleção 8) do MapBiomas.

Os cálculos realizados a partir dos mapas de uso e cobertura, indicam que entre 2000 e 2020, 50% da área municipal se mantém em formação florestal com poucas variações, e se registra um aumento significativo na plantação de café, passando de 0,13% em 2000 para 4,83% em 2020, enquanto há uma leve diminuição nas áreas de pastagem no período analisado. Já no ATV, a área em formação florestal aumentou de 77% a 85%, e houve uma diminuição das áreas de pastagem de 11% a 5%. Em relação ao PARNA, tem-se que 97% da área constitui-se de formação florestal e 3% divide-se entre pastagem e mosaico de usos. Ver Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Mapa de Uso e Cobertura da Terra em Arataca para os anos 2000-2005.

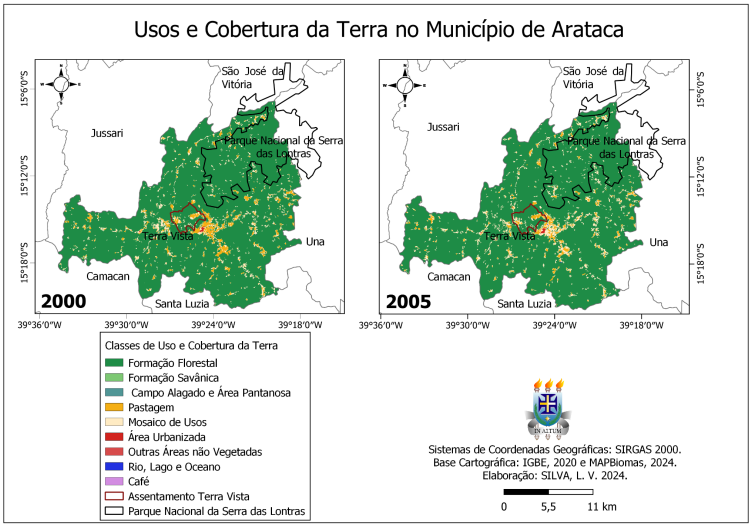
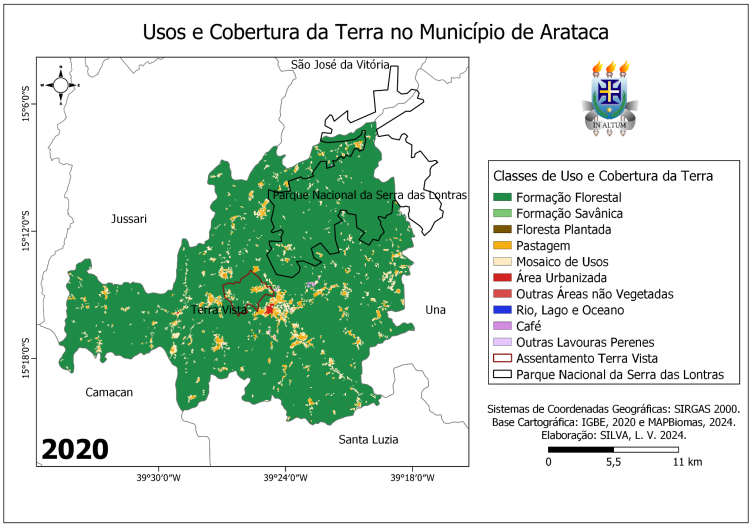


Figura 2 - Mapa de Uso e Cobertura da Terra em Arataca para o ano de 2020.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho conclui que a territorialização do Estado através da criação de políticas de conservação, e a dos movimentos sociais, através da criação e gestão de assentamentos de reforma agrária, são estratégias efetivas para enfrentar a crise ambiental, que é também uma crise da forma de viver sobre a Terra.

Ressalta-se que o passo seguinte do estudo se refere à construção de mapas de grande escala, aprofundar o levantamento e interpretação dos dados, na perspectiva de articulação com as comunidades e instituições envolvidas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B. de.; PIRES M. M. **Sustentabilidade Ambiental no Assentamento Rural Terra Vista, em Arataca, Bahia, Brasil**. REVISTA TOCANTINENSE DE GEOGRAFIA. Araguaína. v. 11, n. 25 set dez/2022. p. 55-86. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia. Acesso em: 12 abr. 2024.

AGUIAR, P. C. B. de.; PIRES M. M. 2019. **A região cacaueira do sul do estado da Bahia, Brasil: crise e transformação**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 28 (1): 192-208.

AGUIAR, P. C. B. de; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. O. **Áreas Naturais Protegidas: Um Breve Histórico do Surgimento dos Parques Nacionais e das Reservas Extrativistas**. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, n. 50, p. 195–213, ago./out. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354126699_AREAS_NATURAIS_PROTEGIDAS_UM_BREVE_HISTORICO_DO_SURGIMENTO_DOS_PARQUES_NACIONAIS_E_DAS_RESERVAS_EXTRATIVISTAS_PROTECTED_NATURAL_AREAS_A_BRIEF_HISTORY_OF_THE_EMERGENCE_OF_NATIONAL_PARKS_AN D_EXTRACTIVE_. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Decreto de 11 de junho de 2010. Cria o Parque Nacional da Serra das Lontras, nos Municípios de Arataca e Una, no Estado da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 11, p. 1-20, 14 jun. 2010.

CARVALHO, L. F. O. **O Trabalho como Princípio Educativo na Organização Pedagógica de uma Escola de Educação Profissional do Campo: Aproximações e Desafios**. 2018, 395 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2018.

FREITAS, H.I. **Assentamentos Rurais em Terras Sul Baianas: Sujeitos em Luta, Territórios em Disputa**. Tese de Doutorado em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental, 2018.

HURTADO, L.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y Re-existir. GEOGRAPHIA (UFF), v. 24, p. 1-10, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Bases Cartográficas Contínuas - Brasil**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: 09 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Municipal**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=30138&t=downloads. Acesso em: 06 fev. 2024.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Dados geoespaciais de referência da Cartografia Nacional e dados temáticos produzidos no ICMBio.** Dados geoespaciais de referência da Cartografia Nacional e dados temáticos produzidos no ICMBio — Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (www.gov.br). Acesso em: 25 abr. 2024.

MACHADO ARAÓZ, H. Crise Ambiental. In: CRUZ, V. C. et al. (Org). **Dicionário de Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Consequência, Editora, 2024. p. 370-378.

MapBiomas. **Tabela de Camadas**. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/tabela-de-camadas/. Acesso em: 05 jul. 2024.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Terras Indígenas: Dados Geoespaciais e Mapas**. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas. Acesso em: 08 ago. 2024.

MOREIRA, Ruy. As fases e vetores da formação espacial brasileira. Hegemonias e conflitos. Em: _____. A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.11-27 PEREIRA, B. C. et al. Aliança das Águas: uma iniciativa para conhecer o papel do Parque Nacional da Serra das Lontras no fornecimento de água para municípios do sul da Bahia. 2015. p. 59-73. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://core.ac.uk/download/pdf/229000003.pdf&sa=D&source=d ocs&ust=1727188750146404&usg=AOvVaw0EsHNbun2WVqBd_xmyzj_U. Acesso em: 24 set. 2024.

MARTINS, R. A. et. al. **Mapeamento em grande escala da cobertura vegetal e uso da terra na bacia de contribuição da represa da EMGOPA, município de Morrinhos – GO**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.1, p. 4099-4116, jan. 2021. (ISSN: 2525-8761). Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22998/18478. Acesso em: 12 set. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização). Org. Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004. P. 179.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular: 2012. p. 641-646.